

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nome da Unidade Jurisdicionada (UJ): Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Natureza jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Legislativo Estadual

Exercício da Prestação de Contas: 2018

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE QUADROS.....	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	7
1.1 Identificação.....	7
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	7
1.3 Informações gerais.....	7
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	9
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	9
3 ÁREA OPERACIONAL.....	13
3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s).....	14
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	27
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	27
4.2 Área patrimonial.....	33
5 ÁREA DE PESSOAL.....	39
5.1 Análise da gestão de pessoal.....	39
6 CONTROLE INTERNO.....	41
7 CONTROLE EXTERNO.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	10
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	10
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	11
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	11
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	11
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	12
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	13
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	13
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	29
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	30
TABELA 11	Contratos de gestão firmados no exercício.....	30
TABELA 12	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	30
TABELA 13	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	30
TABELA 14	Convênios de captação	31
TABELA 15	Convênios de repasse.....	31
TABELA 16	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	32
TABELA 17	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	36
TABELA 18	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	36
TABELA 19	Pessoal por natureza da vinculação.....	39
TABELA 20	Cargos comissionados.....	40
TABELA 21	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	40

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	7
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ.....	8
QUADRO 3	Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s).....	15
QUADRO 4	Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ.....	16
QUADRO 5	Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ	17
QUADRO 6	Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade da UJ, a cargo <i>da(s) unidade(s) da administração indireta vinculada(s) à UJ, conforme Relatório M&A 100/Fiplan</i>	19
QUADRO 7	Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob a responsabilidade da UJ.....	23
QUADRO 8	Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ.....	24
QUADRO 9	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa.....	25
QUADRO 10	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	30
QUADRO 11	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	31
QUADRO 12	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	32
QUADRO 13	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	33
QUADRO 14	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	37
QUADRO 15	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	38
QUADRO 16	Movimentação de pessoal no exercício.....	40
QUADRO 17	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	42
QUADRO 18	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	42
QUADRO 19	Recomendações dos demais órgãos de controle	42

LISTA DE GRÁFICOS

(Não Ocorrência)

GRÁFICO 1

GRÁFICO 2

GRÁFICO 3

GRÁFICO ...

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Assembleia Legislativa da Bahia - ALBA

Poder: Legislativo

CNPJ: 14.674.337/0001-99

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Ângelo Mário Coronel de Azevedo Martins

Período de gestão: 2017 e 2018

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo/finalidade e legislação

A Assembleia da Bahia tem a função de discutir e produzir leis, fiscalizar o Poder Executivo estadual e representar os interesses dos vários setores da sociedade, intermediando politicamente os conflitos que surgem.

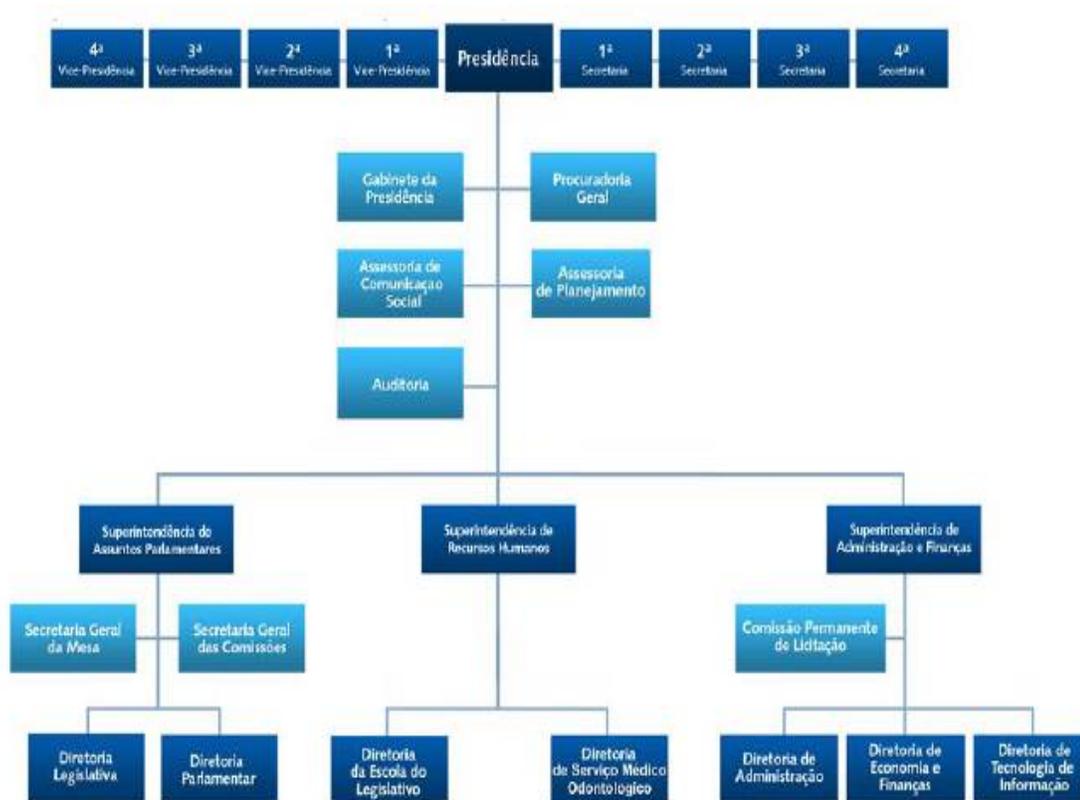
Legislação: Constituição Estadual e Regimento Interno

QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
Constituição Estadual da Bahia	O Estado da Bahia, integrante da República Federativa do Brasil, rege-se por esta Constituição e pelas leis que adotar, nos limites da sua autonomia e do território sob sua jurisdição. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 22, de 28 de dezembro de 2015.
Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985	Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Fonte: ALBA

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ

Nome da unidade	Finalidades	Competências
Secretaria da Assembleia Legislativa	Zelar pelas prerrogativas, e pelos direitos dos cidadãos. Ordenar e superintender as despesas da administração da Assembleia e praticar os atos de sua competência, inclusive os relativos ao funcionalismo da Assembleia	Legislar e Fiscalizar.

Fonte: ALBA

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira (Processo nº 2018009639 – DEFIN)

A Lei Nº 13.833 de 10 de janeiro de 2018 que Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018 publicada na edição de 11 de janeiro de 2018 - ano CII – nº 22.336 consignando o valor total de R\$ 572.000.000,00 (quinhentos e setenta e dois milhões de reais) na Unidade Orçamentaria 01101-Secretaria da Assembleia Legislativa.

A Despesa autorizada, alcançou um valor final da ordem de R\$ 635.200.000 (seiscentos e trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), com execução de R\$ 635.179.281,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais), aí incluídas todas as modificações correspondentes a acréscimos ou anulações, implicando em R\$ 63.200.000,00 (sessenta e três milhões e duzentos mil reais) em suplementações.

A Assembleia Legislativa da Bahia, acompanhando o Poder Executivo, não concedeu reajuste salarial aos Servidores. Contudo, eximindo-se de passivo trabalhista decorrente de ações transitadas em julgado e outras em fase de recursos, nos termos finais de mediação, provenientes dos procedimentos nº 0005.2017-01-PME e 0007.2017-01-PME e da Sentença Arbitral, originária do procedimento nº 0005.2017-01-PA, prolatados pelo juízo de mediação e arbitragem do Instituto de Novas Culturas de Resolução Pacífica de Conflitos, implementou o novo Plano de cargos e salários para os servidores efetivos deste Órgão gerando um acréscimo de despesa com pessoal no decorrer do exercício.

Do total executado, o Programa 255 – Fortalecimento das Ações Legislativas teve uma despesa total de R\$ 292.835.026,00 (duzentos e noventa e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e vinte e seis reais); o Programa 500 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo R\$ 342.344.255,00 (trezentos e quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais); representando o dispêndio final por Programas durante o exercício, na

despesa de R\$ 635.179.281,00 (seiscentos e trinta e cinco milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais).

A apuração do limite de gasto com pessoal na forma art. 20 Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), combinado com o Art. 101 da Lei 13.727 de 05 de julho de 2017 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e obtida no demonstrativo desta Assembleia Legislativa, disponível na edição Ano III nº 22.589 de 26 de Janeiro de 2019 do diário oficial eletrônico; já incluída a execução da Fundação Paulo Jackson e computados os acréscimos e decréscimos legais, inclusive o aporte financeiro no Regime de Previdência do Servidor Público Estadual; foi apurada despesa de R\$ 529.556.294,00 (quinhentos e vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais, duzentos e noventa e quatro reais) que após cotejada com a despesa corrente líquida do Estado da Bahia, alcançou o percentual de 1,66% onde o limite máximo é de 1,87%.

TABELA 1 – Execução da receita (Não se Aplica)

R\$1,00

Fonte		Previsto	Atual	Realizado
Código	Descrição			
Total				

Fonte:

TABELA 2 – Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO)

R\$1,00

Unidade Orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização Concedida
Código	Descrição	Inicial	Atual				
01101	Secretaria da Assembleia Legislativa	572.000.000	635.200.000	635.179.281	633.331.336	616.128.079	484
Total		572.000.000	635.200.000	635.179.281	633.331.336	616.128.079	484

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2018009639

TABELA 3 – Execução da despesa por função

R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 01101						
1	Legislativa	572.000.000	635.200.000	635.179.281	633.331.336	616.128.079
Total		572.000.000	635.200.000	635.179.281	633.331.336	616.128.079

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2018009639

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 01101						
255	Fortalecimento da Ação legislativa	301.200.000	292.835.391	292.835.026	292.543.172	285.730.139
500	Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	270.800.000	342.364.609	342.344.255	340.788.164	330.397.940
Total		572.000.000	635.200.000	635.179.281	633.331.336	616.128.079

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2018009639

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

R\$1,00

Categoria econômica/ Grupo		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 01101						
31	Despesa Corrente/Pessoal e Encargos Sociais	462.505.000	538.424.991	538.421.581	538.218.396	526.083.061
33	Despesa Corrente/Outras Despesas Correntes	108.245.000	96.476.133	96.458.825	94.825.265	89.759.345
44	Despesa Capital / Investimento	1.250.000	298.876	298.875	287.675	285.672
Total		572.000.000	635.200.000	635.179.281	633.331.336	616.128.079

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2018009639

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

R\$1,00

Elemento de despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária: 01101						
01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	11.500.000	10.368.729	10.368.729	10.368.729	10.219.247
03	Pensões do RPPS e do Militar	9.800.000	9.558.786	9.558.786	9.558.786	9.357.184
04	Contratação por Tempo Determinado	30.000.000	75.351.475	75.351.475	75.351.475	74.420.157
07	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	4.000.000	2.922.570	2.922.570	2.922.570	2.922.570
08	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	30.000	38.500	38.494	38.494	35.632
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	336.000.000	339.322.835	339.322.835	339.322.835	330.240.100
13	Obrigações Patronais	67.200.000	77.195.633	77.195.633	77.195.633	76.661.920
14	Diárias Civil	6.230.000	5.166.782	5.166.782	5.166.782	5.147.002
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.100.000	2.332.182	2.332.181	2.332.181	2.234.418
30	Material de Consumo	1.220.000	1.728.314	1.728.314	1.646.432	1.646.432
31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	33.000	97.291	97.290	97.290	97.290
32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	20.000	0	0	0	0
33	Passagens e Despesas com Locomoção	5.320.000	3.789.164	3.789.163	3.776.188	3.432.495
35	Serviços de Consultoria	20.000	22.500	22.500	22.500	22.500
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	60.000	29.200	29.200	29.200	29.200
37	Locação de Mão-de-Obra	13.500.000	0	0	0	0
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	46.380.000	43.609.172	43.608.490	42.383.820	39.036.051
40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	0	3.348.727	3.332.111	3.105.974	2.943.515
41	Contribuições	4.800.000	6.710.000	6.710.000	6.710.000	6.047.294
43	Subvenções Sociais	600.000	942.334	942.333	942.333	940.333
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	30.000	13.199	13.199	13.199	12.533
52	Equipamento e Material Permanente	1.250.000	298.876	298.875	287.675	285.672

91	Sentenças Judiciais	5.000	5.405.000	5.405.000	5.405.000	4.462.306
92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	390.704	390.702	390.702	310.899
93	Indenizações e Restituições	30.002.000	30.708.027	30.708.027	30.620.132	30.128.744
94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0	14.896.000	14.892.592	14.892.592	14.743.769
96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	900.000	954.000	954.000	750.816	750.816
Total		572.000.000	635.200.000	635.179.281	633.331.336	616.128.079

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2018009639

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

R\$1,00

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização recebida
Código	Descrição				
1	Secretaria da Assembleia Legislativa - Executora	635.179.281	633.331.336	616.128.079	4.651.039
Total		635.179.281	633.331.336	616.128.079	4.651.039

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2018009639

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$1,00

Unidade Gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Descrição	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
3	DESPESA CORRENTE	390.702	0	0	390.702
Total		390.702	0	0	390.702

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças – Processo nº 2018009639

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.

⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.

⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.

⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3. ÁREA OPERACIONAL (Processo nº 2018009636 – ASPLAN)

O Programa “Fortalecimento da Ação Legislativa”, apesar de ser a essência da atividade deste poder é de difícil mensuração, posto que a eficiência e eficácia da ação legislativa não pode ser avaliada de forma quantitativa. A Assembleia da Bahia tem a função de discutir e produzir leis, fiscalizar o Poder Executivo estadual e

representar os interesses dos vários setores da sociedade, intermediando politicamente os conflitos que surgem. As ações do Legislativo produzem impacto direto na vida do cidadão, na administração pública e nos rumos da economia baiana. Do ponto de vista qualitativo, o Programa seguiu cumprindo sua finalidade proporcionando a melhoria na relação entre Estado e sociedade, exercendo a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público, com transparência e interatividade, enfatizando a normatização e controle social.

Apesar do incêndio de grandes proporções ocorrido no dia 28 de julho de 2018, na Assembleia Legislativa da Bahia, não afetar de maneira significativa os trabalhos do órgão, foi necessário extraordinário esforço e dispêndio para compatibilizar as atividades diante do sinistro.

3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s):

3.1.1 Avaliação dos resultados dos indicadores - (Não se Aplica)

QUADRO 3 – Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s) - (Não se Aplica)

Indicador ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio (PPA 2016-2019)
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	
Programa								
Programa								

Fonte: Assessoria de Planejamento – Processo nº 2018009636

Notas:

(1) Indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA).

QUADRO 4 – Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ - (Não se Aplica)

Outros Indicadores utilizados ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido			
				1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)
Programa							
Programa							

Fonte: Assessoria de Planejamento – Processo nº 2018009636

Nota:

⁽¹⁾ Outros indicadores, que não estão no PPA, utilizados pela UJ para avaliação de desempenho.

3.1.2 Avaliação dos resultados das metas dos compromissos - (Não se Aplica)

QUADRO 5 – Evolução das metas dos compromissos/programa sob a responsabilidade direta da UJ - (Não se Aplica)

Programa:											
Compromisso:											
Meta:											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Meta:											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2016)		2º ano (2017)		3º ano (2018)		4º ano (2019)		PPA (2016-2019)	
		Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto ⁽²⁾	Aferido	Previsto	Aferido no quadriênio
Compromisso:											
Meta:											
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade	1º ano (2016)	2º ano (2017)	3º ano (2018)	4º ano (2019)	PPA (2016-2019)					

3.1.3 Avaliação da execução dos compromissos e dos resultados das ações orçamentárias

A efetividade do programa no exercício de 2018, deu-se com iniciativas que proporcionaram as respectivas entregas. Nesse período, ocorreram 201 sessões plenárias no período, sendo 98 delas ordinárias, 26 extraordinárias, 75 especiais e duas solenes, e registrou-se 1.116 discursos de parlamentares. Foi apresentado um total de 1.417 proposições. Destas, 263 foram apreciadas em plenário e 1.154, pela Mesa Diretora.

Das proposições apreciadas em plenário, 62 foram de procedência externa, sendo 51 projetos de lei (29 encaminhados pelo Poder Executivo, três advindos do Ministério Público e 19, do Tribunal de Justiça da Bahia), um projeto de emenda constitucional, dois projetos de lei complementar e oito mensagens. As 201 restantes foram de iniciativa parlamentar, sendo 106 projetos de lei, dois projetos de lei complementar e 93 projetos de resolução

A veiculação de informações via TV Assembleia em canais de três operadoras de TV a cabo, um canal aberto digital e a transmissão via sinal digital de satélite é acessível em todo território nacional. Os programas de rádio com alcance nas mais longínquas comunidades baianas, complementada pela ampliação da rede de internet representam o núcleo da rede de interatividade com a população baiana. A Rádio ALBA, mais um meio de comunicação que passou a integrar a Rede ALBA, segue completa com programação na TV e na Rádio, juntas na disseminação de informações culturais, sociais e conteúdos políticos. O aplicativo da Rádio já está disponibilizado nas plataformas digitais e os ouvintes já podem acessá-lo livremente ou ouvir diretamente no endereço eletrônico www.radioalba.org.br.

Além disso, o acesso ao Portal www.alba.ba.gov.br, possibilita consultas ao Diário do Legislativo e aos sites institucionais do Estado da Bahia, da União, do Congresso Nacional, de municípios baianos e de outras Casas Legislativas do País, facilitando o acesso aos órgãos da Administração Pública e aos sistemas de normas federais e estaduais. Existem três canais de comunicação: Ouvidoria Parlamentar - canal de

comunicação direta com o Ouvidor Parlamentar para registrar alguma solicitação, dúvida ou reclamação formal; fale com o Deputado e Portal Transparecia.

O programa de Capacitação dos Servidores e a realização de ações educativas, objetivando o aperfeiçoamento e desenvolvimento da atividade parlamentar, além do fortalecimento da cidadania, juntamente com as ações desenvolvidas pela Escola do Legislativo, mantiveram a interação do Legislativo Estadual com segmentos da sociedade, sobretudo a comunidade estudantil, ONGs, projetos federais, associações comunitárias, e entidades filantrópicas de forma a manter os Programas que têm como essência a promoção da formação política e da cidadania, tais como: Programa de Estágio Supervisionado; Programa Escola e o Legislativo; realização de cursos e palestras de capacitação e aperfeiçoamento; além de diversas atividades para os funcionários e dependentes e ações educativas de responsabilidade social e ambiental.

QUADRO 7 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa sob a responsabilidade da UJ - (Não se Aplica)

Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso⁽¹⁾:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias⁽²⁾	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
Unidade Orçamentária (UO):	
Programa:	Código:
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição
Compromisso:	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias prioritárias	
Código	Descrição

Fonte: Assessoria de Planejamento – Processo nº 2018009636

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações prioritárias.

⁽²⁾ Ações orçamentárias com indicativo de prioridade.

QUADRO 8 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ

Unidade Orçamentária (UO): <i>Secretaria da Assembleia Legislativa - 01101</i>	
Programa: Fortalecimento da Ação Legislativa Código: 255	
Compromisso⁽¹⁾: Prover o exercício da ação legislativa, na apreciação de proposições em geral, na fiscalização e no controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público; e o desempenho das demais prerrogativas legais e regimentais.	
Iniciativa: Prover o exercício do mandato parlamentar	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
6246	Gestão do Exercício da Ação Legislativa
6974	Administração de Pessoal e Encargos no Exercício da Ação Legislativa
Compromisso: Fortalecer parcerias com as entidades sociais devidamente	
Iniciativa: Apoiar entidades sociais através de convênios	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
4405	Apoio Assistencial a Entidade Social
Compromisso: Promover o aprimoramento e desenvolvimento dos sistemas de informações com interatividade e transparência para os agentes públicos lotados no órgão e a sociedade.	
Iniciativa: Desenvolver soluções tecnológicas para aumentar a eficácia na interatividade e transparência do órgão.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7167	Desenvolvimento do Sistema de Informação da Assembleia Legislativa
Compromisso: Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa.	
Iniciativa: Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7166	Reforma de Instalação Física da Assembleia Legislativa
Compromisso: Promover eventos de capacitação para agentes públicos.	
Iniciativa: Promover eventos de capacitação para agentes públicos.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5541	Capacitação de Agente Público da Assembleia Legislativa
Compromisso: Informar à sociedade baiana, as ações do poder legislativo através dos diversos meios de comunicação, ampliando a transparência e o aperfeiçoamento de suas atividades.	
Iniciativa: Realizar campanhas e outras ações de promoção e divulgação do Poder Legislativo.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
2050	Publicidade Institucional

Fonte: Assessoria de Planejamento – Processo nº 2018009636

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ.

QUADRO 9 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa

Unidade Orçamentária (UO):) 01101 - Secretaria da Assembleia Legislativa											
Programa: 255 - Fortalecimento da Ação Legislativa											
Compromisso: Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público, interagir com a sociedade e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 001- Superintendência de Recursos Humanos											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação (1) (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
6974.9900 Administração de Pessoal e Encargos no Exercício da Ação Legislativa	769 - Serviço finalístico	unidade	1	1	0	1	253.700.000,00	249.871.796	249.871.795,76	249.871.795,76	243.872.224,47
Iniciativa(s): Prover o exercício do mandato parlamentar.											
5541.9900 Capacitação de Agente Público da Assembleia Legislativa	1254 - Evento de capacitação	unidade	30	30	0	30	100.000,00	31.964,00	31.964,00	31.964,00	31.964,00
Iniciativa(s): Promover eventos de capacitação para agentes públicos.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 002 - Superintendência de Administração e Finanças											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação (1) (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
6246.9900 Gestão do Exercício da Ação Legislativa	1672 - Ação legislativa gerenciada	unidade	1	1	0	1	38.600.000,00	36.394.062,00	36.394.061,72	36.304.091,31	35.790.897,88
Iniciativa(s): Prover o exercício do mandato parlamentar											
7167.9900 Desenvolvimento do Sistema de Informação da Assembleia Legislativa	96 - Sistema de informação	unidade	3	3	0	3	2.000.000,00	94.000,00	93.683,93	83.611,93	83.611,93
Iniciativa(s): Desenvolver soluções tecnológicas para aumentar a eficácia na interatividade e transparência do órgão											

7166.7800 Reforma de Instalação Física da Assembleia Legislativa	787 - Unidade legislativa reformada	unidade	3	3	0	3	3.200.000,00	3.700.000,00	3.699.953,29	3.517.923,25	3.309.873,2 5
Iniciativa(s): Reformar unidades administrativas da Assembleia Legislativa											
2050.9900 Publicidade Institucional	62 - Evento de publicidade	unidade	5	5	0	5	3.000.000,00	1.801.235,00	1.801.234,27	1.791.452,07	1.701.234,2 7
Iniciativa(s): Realizar campanhas e outras ações de promoção e divulgação do Poder Legislativo											
4405.9900 Apoio Assistencial a Entidade Social	1654 - Apoio assistencial a entidade realizado	unidade	4	4	0	4	600.000,00	942.334,00	942.333,33	942.333,33	942.333,33
Iniciativa(s): Apoiar entidades sociais através de convênios											

Fonte: Assessoria de Planejamento – Processo nº 2018009636

4 ÁREA ADMINISTRATIVA (Processo nº 2018009638 – CPL e Processo nº 2018009641 – DEPCC)

4.1 Procedimentos formais da UJ

No exercício de 2018 foram iniciadas 57 (cinquenta e sete) licitações na modalidade Pregão Presencial, sendo que foram concluídas/homologadas um total de 44 (quarenta e quatro); 05 (cinco) foram revogadas e 08 (oito) ainda estão em andamento, ou seja, até a presente data não foram concluídas. O valor total (aproximadamente) desta modalidade no referido exercício foi de R\$2.489.473,96 (dois milhões quatrocentos e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos). Insta salientar que três licitações desta modalidade (pregões 071, 073, 074) foram iniciadas no ano de 2017 e concluídas/homologadas no exercício de 2018, conforme constam no Diário Oficial do Estado da Bahia dos dias 09 e 10 de janeiro de 2018. Portanto, foram pagas com o orçamento do exercício de 2018, perfazendo o valor de R\$31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais). Assim, o valor total referente a modalidade de pregão presencial para o exercício de 2018 é de R\$2.521.073,96 (dois milhões quinhentos e vinte e um mil setenta e três reais e noventa e seis centavos), incluindo os valores dos três pregões de 2017 acima citados.

Concernente à modalidade convite, foram realizados apenas 02 (dois), sendo que 01 (um) foi concluído/homologado perfazendo o valor total de R\$37.988,22 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos); e 01 (um) ainda está em andamento, ou seja, não foi concluído/homologado no referido exercício. Quanto à modalidade Tomada de Preços, foram realizadas 05 (cinco) licitações, perfazendo o valor total de R\$1.144.808,46 (um milhão cento e quarenta e quatro mil oitocentos e oito reais e quarenta e seis centavos).

O Valor total das licitações concluídas/homologadas nas modalidades Pregão, Convite e Tomada de Preços, acima citadas é de R\$3.703.870,64 (três milhões setecentos e três mil oitocentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos). Importante destacar, que no referido exercício não foi realizado nenhuma licitação na modalidade Concorrência e Concurso. Por conseguinte, no que se refere às contratações diretas, foram realizadas 79 dispensas, totalizando o valor de R\$3.425.068,93 (três milhões quatrocentos e vinte e cinco mil sessenta e oito reais e

noventa e três centavos). Às Inexigibilidades, foram realizadas o quantitativo de 26, sendo que 01 (uma) foi anulada, perfazendo um total de R\$484.322,96 (quatrocentos e oitenta e quatro mil trezentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos).

Quanto às informações concernentes a gestão dos contratos e convênios referentes ao exercício de 2018, passamos a análise dos dados referente às tabelas 10 a 16 e quadros 10 a 13. Os contratos firmados no exercício de 2018, incluindo outros instrumentos congêneres foram no total de 47 (quarenta e sete), sendo o valor contratado atualizado na ordem de R\$15.147.512,82 (quinze milhões cento e quarenta e sete mil quinhentos e doze reais e oitenta e dois centavos), tendo sido desembolsado nesse exercício o montante de R\$5.769.484,52 (cinco milhões setecentos e sessenta e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

No que tange aos contratos firmados em exercícios anteriores a 2018, incluindo outros instrumentos congêneres, o total foi de 122 (cento e vinte e dois), sendo o valor contratado atualizado de R\$66.446.363,70 (sessenta e seis milhões quatrocentos e quarenta e seis mil trezentos e sessenta e três reais e setenta centavos), tendo sido desembolsado no exercício de 2018 o valor de R\$34.850.596,77 (trinta e quatro milhões oitocentos e cinquenta mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos) e o valor total desembolsado de R\$124.605.428,17 (cento e vinte e quatro milhões seiscentos e cinco mil quatrocentos e vinte e oito reais e dezessete centavos).

Em relação aos convênios de repasse foram iniciados 13 (treze) em 2018, abrangendo outros instrumentos congêneres, existindo 44 (quarenta e quatro) em andamento e 10 (dez) concluídos. O valor total conveniado atualizado foi de R\$2.722.961,80 (dois milhões setecentos e vinte e dois mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta centavos), sendo o desembolso nesse exercício de R\$2.530.780,14 (dois milhões quinhentos e trinta mil setecentos e oitenta reais e quatorze centavos), alcançando um montante acumulado de R\$7.869.917,05 (sete milhões oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e dezessete reais e cinco centavos). Saliento que os valores dos desembolsos foram informados pelo sistema

FIPLAN e os valores dos desembolsos acumulados foram obtidos somando-se com os valores de 2017.

Cumprе ressaltar o compromisso desta Assembleia Legislativa, através da Diretoria Administrativa em prover uma gestão eficiente, moderna e transparente dos contratos e convênios, com vistas ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite	02	01	01	01	37.988,22
Tomada de preços	05		05	05	1.144.808,46
Concorrência	Não ocorrência				
Pregão Presencial	57	08	44	44	2.521.073,96
Pregão Eletrônico	Não ocorrência				
Concurso	Não ocorrência				
Consulta	Não se aplica				
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)	Não se aplica				
Outros ⁽⁴⁾	Pregões Revogados	05	0	0	0
Subtotal					3.703.870,64
Contratação direta					
Dispensa	79	0	0	79	3.425.068,93
Inexigibilidade	26	01 anulada	0	25	484.322,96
Outros ⁽⁵⁾	0	0	0	0	0
Subtotal					3.909.391,89
Total					7.613.262,53

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – Processo nº 2018009638

Notas:

(1) Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Concluídas no exercício da prestação de contas.

(4) Discriminar outros tipos de licitação.

(5) Discriminar outros tipos de contratação direta.

TABELA 10 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	47	15.147.512,82	5.769.484,52

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 11 – Contratos de gestão firmados no exercício - (Não se Aplica)

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão			

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado).

TABELA 12 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	122	66.446.363,70	34.850.596,77	124.605.428,17

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

TABELA 13 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores (Não se Aplica)

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão				

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

QUADRO 10 – Tomadas de contas de contratos de gestão - (Não se Aplica)

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 14 – Convênios de captação - (Não se Aplica)

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Recebimento (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Convênios						
Outros Ajustes (5)						
Total						

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

TABELA 15 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Convênios	13	44	10	2.722.961,80	2.530.780,14	7.869.917,05
Outros Ajustes (5)	0	0	0	0	0	0
Total	13	44	10	2.722.961,80	2.530.780,14	7.869.917,05

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

(5) Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 11 – Tomadas de contas de convênios de repasse - (Não se Aplica)

Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	
Em andamento (2)	
Concluídas (3)	

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 16 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração
(Não se Aplica)

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) (4)	Desembolso (R\$)	
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Encerrados (3)		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação						
Termos de Fomento						
Termos de Colaboração						
Total						

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Notas:

(1) Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

(2) Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

(4) Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

QUADRO 12 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração - (Não se Aplica)

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	
Em andamento (2)	
Concluídas (3)	
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	
Em andamento (2)	
Concluídas (3)	
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas (1)	
Em andamento (2)	
Concluídas (3)	

Fonte: Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Notas:

(1) Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 13 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares - (Não se Aplica)

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias			
Processos administrativos disciplinares			

Fontes: Comissão Permanente de Licitação – Processo nº 2018009638 e
Departamento de Contratos de Convênios – Processo nº 2018009641

Notas:

(1) Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

(2) Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

(3) Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial (Processo nº 2018009640 – DEMAP)

A Unidade Jurisdicionada (UJ), Assembleia Legislativa da Bahia, na sua estrutura formal, tem como unidades administrativas responsáveis pela área patrimonial o Departamento de Material e Patrimônio e, subordinadas a este, três coordenações: Coordenação de Aquisição, Coordenação de Almoxarifado e Coordenação de Patrimônio. Estas duas últimas são responsáveis e competentes por disponibilizarem as informações que foram utilizadas pela Comissão Inventariante para a confecção dos inventários de bens de consumo e de bens permanentes respectivamente. Tais inventários anuais são imprescindíveis para cumprir o dever de prestação de contas para controle externo (TCE).

No inventário de bens de consumo, discriminam-se as seguintes variáveis: item (código + nome fantasia), descrição do item, unidade, quantidade, custo médio e total. Tal inventário foi feito no último dia útil do exercício anual, dia 28/12/2018. No Almoxarifado de bens de consumo, os itens são de diversos tipos, como: gêneros alimentícios, copa e cozinha, gráfica, pintura, elétrica, hidráulica, carpintaria, expediente, informática, medicamentos e odontológicos. Para sua confecção do inventário, realizam-se os procedimentos de visita *in loco* e análise documental e confronto com os dados constantes do Sistema de Controle de Estoque Via Intranet – SCEVI. Além disso, as validades e as quantidades dos materiais são conferidas e as condições e a adequação do armazenamento são revistas.

Após tais procedimentos, verificou-se a seguinte Movimentação de bens de consumo, que iniciou o exercício 2018, com saldo inicial R\$ 690.158,46 (seiscentos e noventa mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e seis centavos). As cópias

das notas fiscais foram avaliadas e estas ratificaram as entradas de produtos na ordem de R\$ 1.641.931,54 (um milhão, seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos). A partir da avaliação dos documentos de saídas, arquivados cotidianamente, verificou-se um total de saídas no montante de R\$ 1.644.416,32 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos). Desta forma, realizou-se o cálculo de saldo inicial mais entradas menos saídas (SALDO INICIAL + ENTRADAS – SAÍDAS = SALDO FINAL), chegando-se ao saldo final R\$ 687.673,68 (seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos). Informação esta devidamente confirmada e que pode ser verificada na TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes.

Quanto às situações identificadas, não houve nenhum extravio de bens de consumo, não foram detectados bens de consumo sem condições de uso nem bens de consumo obsoletos. Além disso, todos os bens de consumo existentes no sistema foram localizados em estoque. Portanto, não há bens de consumo não localizados. Com base nestas quatro situações identificadas, que se mostram regulares, a Comissão Inventariante não fez nenhuma recomendação à unidade administrativa Coordenação de Almoxarifado. Tais situações estão detalhadas no QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.

Em relação aos bens permanentes, para a feitura do inventário de bens permanentes, a metodologia é idêntica: visita *in loco*, análise documental e confronto com os dados constantes do Sistema de Controle Patrimonial Via Intranet – SCPVI. Ademais, as quantidades dos bens permanentes são conferidas e as condições e a adequação do armazenamento em depósitos são revistas.

Depois de tais procedimentos, verificou-se a seguinte Movimentação de bens permanentes, que iniciou o exercício 2018, com saldo inicial R\$ 10.699.588,54 (dez milhões, seiscentos e noventa e nove mil e quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos). As cópias das notas fiscais foram avaliadas e estas confirmaram as entradas de bens permanentes na ordem de R\$ 790.997,32 (setecentos e noventa mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e dois

centavos). A partir da avaliação dos documentos de saídas, arquivados diariamente, verificou-se um total de saídas no montante de R\$ 954.999,75 (novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos). Assim, realizou-se o cálculo de saldo inicial mais entradas menos saídas (SALDO INICIAL + ENTRADAS – SAÍDAS = SALDO FINAL), chegando-se ao saldo final R\$ 10.535.586,11 (dez milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais e onze centavos). Informação esta devidamente confirmada e que pode ser verificada na TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes.

Quanto às situações identificadas, nos depósitos de bens patrimoniais, todos os bens patrimoniais que constam lançados no sistema estão nas dependências da Assembleia Legislativa da Bahia. Isto significa que nenhum bem foi extraviado. Além disso, todos os bens patrimoniais foram localizados nas dependências da Assembleia Legislativa da Bahia. Os bens patrimoniais analisados encontram-se em condições de uso e não existem bens patrimoniais obsoletos, tendo em vista que os que estavam nestas condições foram remetidos para a SAEB em 12/06/2018 e em 14/11/18. Não há a situação de bens sem condições de uso. Desta forma, com base nas quatro situações identificadas, sem qualquer irregularidade, a Comissão Inventariante não procedeu a nenhuma recomendação de correção para a unidade administrativa Coordenação de Patrimônio. Tais situações estão detalhadas no QUADRO 15 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.

Cabe destacar o incêndio, ocorrido em vinte e oito de julho de dois mil e dezoito, no Prédio Sede desta Assembleia Legislativa da Bahia. Neste evento, houve inutilização de duzentos e quarenta e seis bens patrimoniais. O levantamento das baixas consta do Processo nº 2018008185. No SCPVI, tais bens patrimoniais, constam como sinistrados.

No que tange à TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário – salientamos que o Departamento de Material e Patrimônio (DEMAP) não detém as informações solicitadas necessárias ao preenchimento desta tabela. Além disso, destacamos que, conforme o disposto no Art. 11 do Ato nº 07 da Mesa Diretora de

24/03/2010, é atribuído ao Departamento manter sob sua guarda escrituras e demais documentos relativos aos imóveis, documentações estas, que até o momento, não nos foram encaminhadas pela Administração desta Casa.

TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

	R\$1,00			
Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	690.158,46	1.641.931,54	1.644.416,32	687.673,68(*)
Bens permanentes	10.699.588,54	790.997,32	954.999,75	10.535.586,11(*)
Total	11.389.747,00	2.432.928,86	2.599.416,07	11.223.259,79

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Processo nº 2018009640

Nota: (*) Os valores referentes a coluna Saldo Final, informados pelo DEMAP, diferem dos valores extraídos do FIPLAN em 81.882,46 (Bens de consumo) e 11.200,00 (Bens permanentes), devido a lançamentos de ADH's antes do encerramento do exercício (Processo nº 2018009366).

TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário - (Não se Aplica)

Tipo de imóvel	Quantidade inicial	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade final
Terreno							
Fazenda							
Edificação							
Barragem							
Adutora							
Total							

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Processo nº 2018009640

NOTA: O Departamento de Material e Patrimônio (DEMAP) não detém as informações solicitadas necessárias ao preenchimento desta tabela.

QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Bens extraviados	Nenhum	Bens de consumo extraviados não foram detectados pela Comissão Inventariante. Desta forma, não há recomendações para correção de irregularidades apontadas, visto que não se identificou nenhuma irregularidade.
Bens sem condições de uso	Nenhum	Bens de consumo sem condições de uso não foram encontrados pela Comissão Inventariante. Assim, não existem recomendações para correção de irregularidades apontadas, tendo em vista que nenhuma irregularidade foi identificada.
Bens obsoletos	Nenhum	Bens de consumo obsoletos não foram identificados pela Comissão Inventariante. Portanto, não há recomendações para correção de irregularidades apontadas, tendo em vista que nenhuma irregularidade foi verificada.
	Nenhum	Todos os bens de consumo existentes no sistema foram localizados em estoque. Desta forma, não há bens de consumo não localizados. Portanto não existem recomendações para correção de irregularidades apontadas, pois não se verificou nenhuma irregularidade.

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Processo nº 2018009640

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

QUADRO 15 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Bens extraviados	Nenhum	Bens patrimoniais extraviados não foram detectados pela Comissão Inventariante. Desta forma, não há recomendações para correção de irregularidades apontadas, visto que não se identificou nenhuma irregularidade.
Bens sem condições de uso	Nenhum	Bens patrimoniais sem condições de uso não foram encontrados pela Comissão Inventariante. Assim, não existem recomendações para correção de irregularidades apontadas, tendo em vista que nenhuma irregularidade foi identificada.
Bens obsoletos	Nenhum	Bens patrimoniais obsoletos não foram identificados pela Comissão Inventariante. Portanto, não há recomendações para correção de irregularidades apontadas, tendo em vista que nenhuma irregularidade foi verificada.
Bens não localizados	Nenhum	Todos os bens patrimoniais existentes no sistema foram localizados em estoque. Desta forma, não há bens de patrimoniais não localizados. Portanto não existem recomendações para correção de irregularidades apontadas, pois não se verificou nenhuma irregularidade.

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Processo nº 2018009640

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.

5 ÁREA DE PESSOAL (Processo nº 2018009642 – SRH)

5.1 Análise da gestão de pessoal

Informamos que na posse de servidores deste Poder, é realizada verificação nos sistemas SIGA, MIRANTE/TCE e também através do Portal de Transparência da União/Poder Executivo, de forma a identificar se o servidor se encontra nomeado em algum cargo público, assim como é exigida a apresentação da CTPS para constatar a existência de vínculo com as instituições privadas. Outro procedimento adotado é o questionamento direto ao servidor quanto a existência de alguma outra atividade remunerada, sendo necessária, em caso positivo, a apresentação da comprovação de que não há incompatibilidade de horários. Mesmo após toda verificação, é necessário, ainda, a assinatura de termo declaratório da não existência de outro vínculo funcional. Por outro lado, sendo caracterizada a existência de outro vínculo funcional, cuja carga horária seja incompatível com a ALBA, a posse do servidor não é efetivada até que o mesmo apresente documento comprobatório do seu desligamento. Quanto às alterações no quadro de pessoal, ocorreram novas nomeações de servidores bem como, aposentadorias concedidas. Acrescentamos que não ocorreram sindicâncias, inquéritos ou processos disciplinares no ano 2018.

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS foi entregue em 16/03/2018.

TABELA 19 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2017	2018
Servidores da UJ		
Efetivos	379	378
Celetistas	0	0
À disposição de outros órgãos	6	5
Subtotal	385	383
Outros		
REDA	615	1.078
De outros órgãos à disposição da UJ	126	120
Subtotal	741	1.198
Total	1.126	1.581

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – Processo nº 2018009642

TABELA 20 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2017	2018
Com vínculo	11	11
Sem vínculo	2.234	2.475
Total	2.245	2.486

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – Processo nº 2018009642

TABELA 21 – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2017	2018	
Servidores	76.023.850	120.457.119	58,44%
REDA	61.016.045	75.351.475	23,49%
Total	137.039.895	195.808.594	42,88%

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – Processo nº 2018009642;

NOTA: Informado pelo Departamento de Orçamento e Finanças - DEFIN

QUADRO 16 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	2
Cargo comissionado	790
REDA	348
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	2
Cargo comissionado	551
REDA	464
Disponibilização	
De outros órgãos	126
Para outros órgãos	5
Aposentadoria	7

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – Processo nº 2018009642

6 CONTROLE INTERNO (Processo nº 2018009637 – AUDITORIA)

A Auditoria, que é órgão de controle interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, utiliza métodos de verificação da regularidade dos processos de pagamento e possui um rígido controle de toda informação e documentação que transita por sua Unidade. Primeiramente, se utiliza, nas entradas e saídas dos processos, o sistema de protocolo da ALBA. Todos os processos devem, necessariamente, ser protocolados neste sistema.

Existe, um rígido controle das diárias concedidas aos Deputados, analisando toda a sua regularidade e os devidos critérios para a sua concessão.

Há outros sistemas de controle e informação na Assembleia Legislativa da Bahia, porém, esses não são utilizados na Auditoria.

Desta maneira, com a finalidade de conferir a regularidade, todos os processos de natureza financeira são analisados na unidade. Assim, qualquer irregularidade encontrada, desde a ausência de qualquer documento até a verificação de legalidade de todo o procedimento. Logo, caso seja encontrado alguma falha são, os processos, diligenciados para os setores responsáveis para que possam sanar as incongruências.

Ademais, além dessas análises, a Auditoria ainda realiza, por amostragem, nas empresas prestadoras de serviços, a verificação “*in loco*” do regular funcionamento da mesma, averiguando, por exemplo, se há correspondência do endereço apresentado na nota fiscal.

Por fim, cumpre salientar que esta Auditoria tem como meta o aprimoramento de seus procedimentos e ferramentas de controle com o fim de alcançar a transparência e a finalidade pública, no intuito de satisfazer os anseios da sociedade.

QUADRO 17 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ - (Não Ocorrência)

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção

Fonte: Auditoria – Processo nº 2018009637

Nota:

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 18 – Determinações/recomendações do TCE/BA - (Não Ocorrência)

Determinações / recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
Processo TCE n.º		

Fonte: Auditoria – Processo nº 2018009637

QUADRO 19 – Recomendações dos demais órgãos de controle - (Não se Aplica)

Identificação do Relatório (1)	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Outros trabalhos de auditoria			

Fonte: Auditoria – Processo nº 2018009637

Salvador, 18 de fevereiro de 2019.

Quadro de Assinaturas

Este documento foi assinado eletronicamente por:

Paulo Martins dos Santos
GEPRO - Assinado em 25/02/2019



Sua autenticidade pode ser verificada no Portal do TCE/BA através do QRCode ou endereço <https://www.tce.ba.gov.br/autenticacaocopia>, digitando o código de autenticação: GYMTA2MDG4